

Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico¹

*Individual empowerment, community empowerment and awareness: a theoretical
essay*

Adriane Roso²
Moises Romanini³

RESUMO: A linguagem da Pedagogia da Libertação tem sido aplicada por vários intelectuais pertencentes aos mais diversos campos, como à Psicologia Social, à Medicina Comunitária e à Educação. Dentre os termos discutidos encontramos dois de extrema importância: empoderamento (no inglês empowerment) e conscientização. Ambos têm sido aplicados, muitas vezes, de forma confusa ou incompleta. Nessa via, confiamos que empoderamento e conscientização são termos que precisam ser pensados conjuntamente, de modo que possamos entender suas aproximações e diferenças. Para tal, realizamos dois empreendimentos metodológicos. Primeiro, fizemos uma pesquisa sistemática nas obras de autoria e/ou co-autoria de Paulo Freire disponibilizadas digitalmente na Biblioteca Digital Paulo Freire e na Rede de Educação Cidadã, utilizando os descritores relacionados ao nosso objeto de reflexão. Após o levantamento, então, entramos no nível de revisão conceitual, iniciando pela categoria analítica empoderamento, para, após, seguir em direção à categoria conscientização, com o intuito de mostrar a significância de ambos, especialmente para o campo da psicologia social. Nossa análise indica a relevância de incorporar a noção de empoderamento no processo de libertação, embora esse termo esteja relacionado à ideia de auto emancipação e de progresso (perspectiva individualista). Considerando que a libertação é sempre um ato social, o empoderamento é somente um pequeno passo em direção à libertação, sendo a conscientização o processo que possibilita a transformação social.

Palavras-chave: psicologia social; empoderamento; empoderamento comunitário; conscientização; libertação.

ABSTRACT: The language of Pedagogy of Liberation has been applied by several intellectuals belonging to various fields, such as Social Psychology, Community Medicine and Education. For Pedagogy of Liberation, two concepts can be highlighted as extremely important: empowerment and awareness (conscientização, in Portuguese). Often, both concepts have been applied in a confusing or incomplete way. In this situation, empowerment and awareness are terms that need to be problematized together, so that their similarities and differences can be understood. To this end, two methodological developments have been made. First, a systematic search in the Paulo Freire's works, digitally available in the Freire's Digital Library (*Biblioteca Digital Paulo Freire*) and in the Citizen Education's Net (*Rede de Educação Cidadã*), was taken. The empowerment and awareness descriptors guided the search. After, a conceptual review was performed in order to show the significance of both concepts. The analysis indicated the importance of incorporating the notion of empowerment in the process of liberation, although this term is related to the idea of self-emancipation and progress (individualistic perspective).

¹ Uma versão primária e simplificada da ideia construída neste artigo foi apresentada no IV Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire. Educação e Intercultura, ocorrido em 04/05 de novembro de 2010, na Universidade Federal de Santa Maria, sob o título "Muito além do *empowermet*: revisitando o conceito de conscientização".

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria; Líder do Grupo de Pesquisa "Saúde, Minorias Sociais e Comunicação" - Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: adrianeroso@gmail.com.

³ Psicólogo; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Integrante dos Grupos de Pesquisa "Saúde, Minorias Sociais e Comunicação" e "Ideologia, Comunicação e Representações Sociais" - Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Considering the liberation process is always a social act, empowerment is only a small step towards liberation, being awareness the process that enables social transformation.

Keywords: social psychology; empowerment; community empowerment; awareness; liberation.

Se é possível obter água cavando o chão,
se é possível enfeitar a casa,
se é possível crer desta ou daquela forma,
se é possível nos defender do frio ou do calor,
se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens,
se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza,
por que não mudar o mundo que fazemos, o da cultura, o da história, o da política?
(Paulo Freire)

Introdução

A linguagem da Pedagogia da Libertação, desenvolvida pelo educador brasileiro Paulo Freire, tem sido aplicada, ao redor do mundo, por vários intelectuais pertencentes aos mais diversos campos, como à Psicologia Social, à Medicina Comunitária e à Educação. Dentre os termos discutidos por Freire encontramos dois de extrema importância: empoderamento (no inglês *empowerment*) e conscientização. Ambos têm sido aplicados, muitas vezes, de forma confusa, incompleta, quando não mística ou incorreta.

Outro termo utilizado no mundo acadêmico é o de empoderamento comunitário, especialmente na Psicologia Social, na Educação, nas Ciências Sociais e na Saúde. Esse termo também merece reflexões já que é um desdobramento do primeiro, que veio para marcar a diferença entre o que é da ordem do psicológico (do indivíduo) e do comunitário. Numa visão sintética, poderíamos dizer que sua criação é uma tentativa de responder à lacuna posta pelo termo empoderamento, à medida que incorpora e valoriza o nível grupal e o comunitário no processo de busca da transformação social. Assim, objetivamos nesse ensaio teórico realizar um mapeamento, de cunho exploratório, dos termos empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização, propondo algumas aproximações com os escritos de Paulo Freire.

Todavia, antes de avançar em uma discussão teórica sobre empoderamento e conscientização, gostaríamos de situar a origem de nossas inquietações para desenvolver este artigo. A semente do que aqui será posto foi plantada no ano de 2001, quando, na experiência de *visiting scholar* e assistente de ensino (*teaching assistant*) na Pós-Graduação na *Columbia University*, a primeira autora deste artigo teve a oportunidade de presenciar a ânsia de seus colegas e de alunos em conhecer mais sobre a proposta de Paulo Freire. A relevância e atualidade do pensamento freireano – um tanto esquecido, na época, pela autora que vos fala - parecia (re)surgir àqueles que estudavam as ciências médicas e sociais. Durante as aulas, pôde-se perceber a dificuldade dos mestrandos/doutorandos de apreender o conceito de *empowerment* e, mais ainda, entender que outra expressão amplamente utilizada por Paulo Freire - conscientização - é mais que um conceito, é um método pedagógico associado diretamente à Pedagogia da Libertação e que envolve representações de mundo, cosmovisões. Embora alguns autores acadêmicos, como Valoura (2005/2006), por exemplo,⁴ acreditem que o termo empoderamento tenha sido criado por

⁴ Valoura (2005/2006) escreveu um artigo intitulado “Paulo Freire o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador”. Em seu texto, ela procura mostrar como a expressão empoderamento, criada por Freire,

Freire, há controvérsias. Freire mesmo questiona o uso de empowerment e reconhece que o vocábulo “foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por volta de 1964” (Freire, 2001, p. 29). Freire, em diálogo com Ira Shor, professor na *City University of New York* e propagador da Pedagogia da Libertação nos Estados Unidos da América (EUA), glosou ser curioso como as pessoas nesse país estavam tão preocupadas em usar a palavra e o conceito *empowerment*. Afirmou que seu medo de usar a expressão *empowerment* é que algumas pessoas, especificamente os professores, pudessem achar que essa prática ativaría a potencialidade criativa dos alunos, levando-os a pensar que “está tudo terminado, nosso trabalho está arruinado, liquidado!” (Freire & Shor, 1986, p. 70). Deste modo, expressou seu profundo sentimento de preocupação sobre esse desejo de usar a palavra *empowerment* num contexto diferente do brasileiro.

O mais interessante de tudo é que, parece-nos, o vocábulo empoderamento foi rapidamente assimilado por intelectuais brasileiros. No processo de “importação” de um conceito é sempre prudente refletir sobre seus significados levando em conta seu contexto de origem bem como aquele em que ele se insere. Nessa via, confiamos que empoderamento e conscientização são termos que precisam ser pensados conjuntamente, de modo que possamos entender suas aproximações e diferenças. Nesse sentido, realizamos dois empreendimentos metodológicos. Primeiro, fizemos uma pesquisa sistemática nas obras de autoria e/ou coautoria de Paulo Freire disponibilizadas digitalmente na Biblioteca Digital Paulo Freire e na Rede de Educação Cidadã, utilizando os descritores relacionados ao nosso objeto de reflexão. Após o levantamento, então, entramos no nível de revisão conceitual, iniciando pela categoria analítica empoderamento, para, após, seguir em direção à categoria conscientização, com o intuito de mostrar a significância de ambos, especialmente para o campo da psicologia social.

Empoderamento (psicológico): “Um pequeno passo...”

Baquero (2005), ao pesquisar na literatura a origem do conceito de *empowerment*, associa-o ao contexto da Reforma Protestante desencadeada por Lutero no século XVI. Nesse contexto, a ideia de *empowerment* está articulada a uma noção de protagonismo das pessoas em relação à sua religiosidade – a livre interpretação e tradução da bíblia para o alemão, o que permitia às pessoas religiosas o acesso aos escritos em sua língua materna. Entretanto, o conceito de *empowerment* somente passará a expressar a luta por direitos civis de negros, mulheres e homossexuais, por exemplo, a partir da segunda metade do século XX (Baquero, 2005).

Esses movimentos emancipatórios de luta pelos direitos civis, todavia, estavam articulados à noção de autoestima dos grupos sociais, referindo-se principalmente à dimensão individual e psicológica dos mesmos. Nesse sentido, os movimentos, bem como o conceito de *empowerment* vinculado a eles, expressavam os valores hegemônicos da sociedade norte-americana, cuja ideia central é a do *self made man*, ou seja, “o homem que se faz por seu próprio esforço pessoal” (Baquero, 2005, p. 73).

segue uma lógica diferente daquela tradicional, desenvolvida em dicionários, e que empoderamento adquire um significado especial para o autor.

Na tradição anglo-saxônica do liberalismo civil e religioso, a palavra *empower* é traduzida através dos verbos transitivos autorizar, habilitar ou permitir (Stotz & Araújo, 2004). Conforme Lebonite (como citado em Baquero, 2005), o termo empoderamento, dependendo da função à qual serve, pode ser usado tanto como verbo transitivo como intransitivo. Empoderar enquanto verbo transitivo nos remete à noção de *dar* poder a outro, como se profissionais de saúde, por exemplo, tornam-se “agentes do empoderamento” em relação aos usuários dos serviços. Nessa acepção, a relação é a de um sujeito que age no objeto. Já empoderar enquanto verbo intransitivo refere-se a um processo. Aqui a função do profissional de saúde (sujeito) não é a de agir sobre a doença ou a pessoa doente (objeto), mas a ajudar as pessoas a desenvolver suas habilidades. Ou seja, a ação é do próprio sujeito.

A utilização da primeira acepção do conceito *empowerment*, poderia, dessa forma, “servir como instrumento de maior controle por parte de alguns grupos e/ou instituições, os quais condicionariam a distribuição de poder aos interesses de seus grupos corporativos” (Kleba & Wendausen, 2009, p. 735). Para evitar esse uso do termo, faz-se necessário o cuidado para que não se incorra no equívoco de legitimar práticas assistencialistas, cuja tendência é despolitizar conflitos e contradições sociais.

O empoderamento, nesse sentido, implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física, etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência. Esse processo é realizado *pela própria pessoa por si mesma* [grifo nosso], as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer (Valoura, 2005/2006).

Outros autores também definiram *empowerment* de modo semelhante, sempre nos remetendo ao campo individual. Os perigos desse modo de definir empoderamento consistem em valorizar demasiadamente o “enfoque psicológico” (Carvalho, 2004a, 2004b) nas ações em saúde. Segundo Riger (1993, como citado em Carvalho, 2004a), a imagem do indivíduo anunciada por este enfoque “é a de pessoa comedida, independente e autoconfiante, capaz de comportar-se de uma determinada maneira e de influenciar o seu meio e atuar de acordo com abstratos princípios de justiça e de equilíbrio” (p. 1090).

As estratégias empregadas para o empoderamento (sob o enfoque psicológico) têm como objetivo fortalecer a autoestima e a capacidade de adaptação ao meio e desenvolver mecanismos de autoajuda e de solidariedade. Dentre essas estratégias, destacam-se práticas de educação para a saúde que pretendem contribuir para a formação da “consciência sanitária” do indivíduo, objetivando manter a harmonia e uma relação saudável dele com o seu meio externo. Apela-se, aqui, para um esforço pedagógico sistemático e permanente, envolvendo técnicas focais e de marketing social (Carvalho, 2004b).

Paulo Freire pouco utilizou a expressão empoderamento ou *empowerment*, embora não descartasse sua utilidade. Freire aponta que mesmo sendo o *empowerment* individual ou o *empowerment* de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não suficiente no que diz respeito à transformação da sociedade como um todo, é um processo absolutamente necessário para o processo de transformação social. Portanto, “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (Freire & Shor, 1986, p. 71).

Para entender melhor o sentido de empoderamento para Freire, pesquisamos 15 obras de autoria e/ou co-autoria de Paulo Freire disponibilizadas digitalmente na Biblioteca

Digital Paulo Freire⁵ e na Rede de Educação Cidadã⁶, utilizando os descritores empoderar, empoderamento, *empowerment* e conscientização. A partir do levantamento, construímos a seguinte tabela (Tabela 1):

Tabela 1 – Levantamento das Obras de Freire Considerando Indicadores Específicos

Ano da Primeira Edição	Obra	Empoderamento, Empowerment ou Empoderar	Conscientização
1981	A importância do ato de ler: em três artigos que se completam (Freire, 1989)	0	0
1975	Ação cultural para a liberdade (Freire, 1981)	0	63
1969	Extensão ou comunicação? (Freire, 1983b)	0	15
1996	Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (Freire, 1996)	0	4
2000	Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos (Freire, 2000)	0	2
1970	Pedagogia do Oprimido (Freire, 1983a)	0	21
1993	Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar (Freire, 1997)	0	0
1993	Política e Educação: ensaios. Questões da nossa época (Freire, 2001)	0	2
1979	Educação e mudança (Freire, 1979)	0	15
1989	Pedagogia. Diálogo e conflito (Freire, Gadotti, & Guimarães, 1995)	0	24
1977	Cartas a Guiné-Bissau (Freire, 1978)	0	0
1985	Por uma pedagogia da pergunta (Faundez & Freire, 1985)	0	0
1992	Pedagogia da esperança (Freire, 1992)	0	13
1986	Medo e ousadia (Freire & Shor, 1986)	29	2
1979	Conscientização (Freire, 1979)	0	78
1967	Educação como prática da liberdade (Freire, 1967)	0	25
TOTAL	16 obras	29	264

Observa-se que, dentre os livros analisados, apenas no “Medo e ousadia” o termo *empowerment* aparece. Das 29 vezes em que ele é citado, dez advêm de Ira Shor, uma compõe o sumário, outra é mencionada em nota de rodapé e outra aparece no título do capítulo quatro “O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e *empowerment*? (Freire & Shor, 1986, p. 64). Ou seja, Paulo Freire emprega 16 vezes o termo neste livro. Em três dessas 16, Freire demonstra preocupação com o uso indiscriminado do conceito.

⁵Disponível em http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Controle?tipo=livro&op=listar&id=0&obra_critica=0. Acesso em 1 de fevereiro de 2011.

⁶Disponível em <http://www.recid.org.br/component/k2/item/67-paulofreire-shor-medoeousadia.html>. Acesso em 4 de fevereiro de 2011.

Freire argumentou novamente com Shor que o termo empoderamento poderia não significar a solução para a opressão. Shor questionou se Freire se preocupava com o fato de que *empowerment* nos dava uma saída muito fácil e que poderia nos levar a pensar que o professor é uma espécie de “acendedor de lampiões”, como se ele entrasse em cada sala de aula, acendesse um interruptor de luz e depois saísse como se tivesse cumprido sua missão, como se tivesse empoderado os alunos (Freire & Shor, 1986). Freire respondeu que através da noção de empoderamento podemos fazer com que a situação pareça muito fácil, quando não é: “(...) vamos supor que sua pedagogia desenvolva certo nível de independência nos alunos. O que quero dizer é que esse nível de autonomia não é suficiente para torná-los aptos a efetuar as transformações políticas radicais necessárias à sociedade brasileira” (Freire & Shor, 1986, p. 70).

Dando seguimento ao diálogo, Shor contextualiza o termo *empowerment*:, afirmando que, historicamente, a noção de *empowerment*, na sociedade norte-americana, tem sido cooptada pelo individualismo, pelas noções individuais de progresso. Em dois momentos do diálogo entre Shor e Freire, no Medo e Ousadia, Freire vincula *empowerment* à autonomia individual, ao individualismo e à auto-libertação (Freire & Shor, 1986, pp. 134-135):

IRA: (...). Em muitos casos, nos EUA, os educadores indicarão o aluno auto-dirigido como sendo um estudante dotado de potencialidade criativa, uma pessoa que não tem que ser vigiada, supervisionada ou avaliada. Agora, isto é uma espécie de autonomia em relação à dependência da autoridade. É uma forma de educação para pessoas que não concordam com o autoritarismo, que vêem a autonomia do aprendiz individual como a medida da democracia e do empowerment.

PAULO: Mas essa não é minha concepção de democracia e empowerment! (...). Quando critico a manipulação, não quero cair num falso e inexistente não-direcionamento da educação. Isto é, para mim, a educação é sempre diretiva, sempre. A questão é saber em que direção e com quem ela é diretiva. Esta é a questão. Não acredito na autolibertação. A libertação é um ato social.

IRA: Não existe uma auto-emancipação pessoal?

PAULO: Não, não, não. Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade.

Deixe-me aprofundar um pouco mais nessa questão do empowerment. (...). Enquanto que o *empowerment individual* ou o empowerment de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não é suficiente no que diz respeito à transformação da sociedade como um todo, é absolutamente necessário para o processo de transformação social. (...). Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si só, suficientes.

Lembremos que Freire estabelece um diálogo com Shor nos Estados Unidos. É justamente de lá que importamos esse termo, e apesar de Freire reconhecer a importância do *empowerment*, para o contexto americano, vai se perguntar “Será possível usarmos aqui, na América do Norte, algo que veio do Terceiro Mundo?” (Freire & Shor, 1986, p. 72). Sua resposta é positiva, no entanto, argumenta que os instrumentos de análise marxista precisam ser refinados, para serem úteis àquela sociedade tão complexa.

No contexto brasileiro, a opção por trabalhar com a palavra empoderamento, ao invés de conscientização (escolha Freireana) já nos diz de suas condições de produção. É um conceito que advém dos Estados Unidos e, obviamente, carrega os sentidos daquela realidade e cultura. Não é do escopo desse ensaio adentrar nessa questão, mas é importante assinalar que o contexto norte-americano é marcado por uma política (neo)liberal, tendo

como uma de suas características centrais a valorização do individualismo. A valorização do empowerment nesse contexto contribui para “endossar o discurso neoliberal de independência, responsabilidade pessoal e de afastamento do Estado na prestação de serviços sociais” (Almeida, Dimenstein & Severo, 2010, p. 579).

Para avançar na discussão sobre o uso do termo empowerment, Freire aproxima-o da noção de classe social, empregando oito vezes o termo empowerment em associação com classe social. Para o autor, empowerment da classe social não é o mesmo que empoderamento individual ou comunitário, mas um conceito ligado às lutas da classe social oprimida:

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (Freire & Shor, 1986, p. 72).

Freire mostra a necessidade de superar a noção de empowerment individual, argumentando que o empowerment é “muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta” (p.72). Freire vai ainda dizer que não acredita na autolibertação e na autoemancipação pessoal e que a libertação é sempre um ato social:

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade. (...). Vamos tomar (...) o exemplo dos alunos que trabalham com meu amigo físico. Apesar de se sentirem e se perceberem, no final do semestre, como alunos de primeira qualidade, alunos mais críticos, cientistas e pessoas melhores, esta sensação de liberdade ainda não é suficiente para a transformação da sociedade (Freire & Shor, 1986, p. 71).

No caso da opressão das mulheres, por exemplo, a libertação como ato social fica bem visível. As mulheres podem se libertar de alguns atos individuais cotidianos que as oprimem (e.g. marido que agride, ter espaço no mercado de trabalho, etc.). Todavia, elas só conseguirão transformar as relações injustas de gênero se juntarem suas forças. Como avisa Freire (Freire & Freire, 2001), nós precisamos criar estruturas de luta coletiva, nas quais as mulheres mais discriminadas aprendam a unir forças com as mulheres menos discriminadas, numa luta coletiva, na qual os homens oprimidos também devem se agregar, contra a maior opressão produzida contra todas as mulheres. Aliás, Freire enfatiza as lutas coletivas sempre, mostrando grande preocupação com a fragmentação inter-movimentos. Acredita que, cedo ou tarde, através de sua práxis, as minorias do Brasil terão de descobrir que só na unidade dentro da diversidade é possível confrontar a classe dominante desse país (Freire, 2001).

Em síntese, podemos dizer que, para Freire, empowerment individual é um pequeno passo em direção à transformação social; somente via empowerment de classe as minorias oprimidas conseguirão dar um passo maior em direção à libertação.

Empoderamento comunitário

Talvez porque o termo empoderamento tenha sido olhado com cautela por Paulo Freire, mas não de todo descartado, esse retorna acompanhado do adjetivo “comunitário”. Alguns dos campos que avançaram nessa discussão no Brasil foram o da Saúde Coletiva e das Ciências da Saúde. Através do enfoque denominado por Carvalho (2004b) de comunitário, alguns teóricos (Almeida, Dimenstein & Severo, 2010; Kleba & Wendausen, 2009; Carvalho, 2004a, 2004b) tentam superar as dificuldades impostas pelo empowerment psicológico (muitas vezes denominado de empoderamento individual).

O termo empoderamento comunitário tem suas origens nos Estados Unidos, não é uma criação brasileira. Segundo Brinkerhoff e Azfar (2006), de seu significado original de “investir em poder de tomada de decisão e autoridade” (p. 5), as definições de empoderamento se expandiram para incluir: ter acesso à informação e recursos, ter uma variedade de opções além do sim e do não, exercitar a “voz” e a “solução/saída”, sentimento de um indivíduo ou de um grupo do sentido da eficácia e mobilização de outras pessoas com a mesma opinião para metas comuns. “Esse último elemento reflete uma perspectiva de empoderamento que engloba capacidades psicológicas, incluindo crenças nos direitos à cidadania, e aspirações a um futuro melhor”⁷ (p. 5).

Conforme Dreier (1996), o empoderamento comunitário está relacionado à organização de comunidades para resolver problemas sociais e melhorar suas condições econômicas. Para tal, são destacados os valores americanos de promoção de famílias saudáveis, auto-ajuda e do equilíbrio entre direitos e responsabilidades das pessoas. Além disso, Brinkerhoff & Azfar (2006), afirmam que o empoderamento comunitário está, conceitualmente, diretamente relacionado à participação social.

A disseminação da informação e da educação, enquanto base para tomadas de decisão, são condições fundamentais para a plena participação social. A informação e a educação estão diretamente ligadas ao princípio da promoção da saúde denominado “empoderamento”, que só é possível através da organização grupal. Através do “empoderamento”, pretende-se capacitar indivíduos e comunidades para que eles possam assumir um maior controle sobre os fatores pessoais, socioeconômicos e ambientais que afetam a saúde (Sicoli & Nascimento, 2003).

Mesmo não agregando o adjetivo “comunitário”, o modo como empoderamento é empregado por alguns autores enquadra-se nesse perspectiva, como é o caso de Valoura (2005/2006), ao afirmar que empoderamento difere da simples construção de habilidades e competências. O empoderamento envolve trabalhar com grupos (mais do que indivíduos) e o foco é na transformação cultural (mais do que na adaptação social). Almeida, Dimenstein e Severo (2010) também enfatizam o empoderamento como um processo para além do indivíduo, que envolve sociabilidade. Definem-o como “a potencialização da força e da autonomia dos usuários e familiares envolvidos com a saúde mental” (p. 577).

Portanto, a organização grupal, na acepção do empoderamento comunitário, é fundamental para o enfrentamento das dificuldades vividas pelas comunidades, visto que ela propicia a participação social nas decisões e “empodera” os sujeitos na busca de melhores condições de vida e na promoção de sua própria saúde. Entretanto, é preciso

7 Tradução livre feita pelos autores deste artigo.

considerar que esse desenvolvimento de habilidades pessoais para o enfrentamento das dificuldades relativas aos processos saúde/doença pode acontecer de diferentes maneiras.

Neste contexto, o conceito de *empowerment comunitário* perpassa os fundamentos e princípios da “nova promoção da saúde”. Assim, a premissa central do *empowerment* é a “possibilidade de que indivíduos e coletivos venham a desenvolver competências para participar da vida em sociedade, o que inclui habilidades, mas também um pensamento reflexivo que qualifique a ação política” (Carvalho, 2004a, p. 1092).

Tal concepção de *empowerment* é denominada por Carvalho (2004a, 2004b) de “empowerment comunitário”. O autor considera-o como um processo que “suscita a elaboração de estratégias que procurem promover a participação visando ao aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, a eficácia política, uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida” (2004a, p. 1092). E complementa que tal estratégia deve ter como resultado o aumento da capacidade dos indivíduos e coletivos para definirem, analisarem e atuarem sobre seus próprios problemas, além de desenvolver nos indivíduos a capacidade de analisar criticamente o meio social e político. Portanto,

Mais do que repassar informações e induzir determinados comportamentos, esta estratégia sugere que as pessoas e coletivos sejam apoiados no processo de reflexão sobre os problemas postos pela vida em sociedade, procurando contribuir para a tomada de decisões, o desenvolvimento da consciência crítica e o aumento da capacidade de intervenção sobre a realidade (Carvalho, 2004a, p. 1092).

Carvalho (2004a) afirma que “garantir condições dignas de vida e possibilitar que indivíduos e coletivos tenham um maior controle sobre os determinantes da saúde são alguns dos objetivos centrais da Promoção à Saúde” (p. 1089). Nesse sentido, para que as capacidades de sujeitos individuais sejam desenvolvidas e as ações comunitárias fortalecidas, os técnicos de saúde assumem o papel de mediadores nesse processo, para que as pessoas e/ou comunidades encontrem suas próprias soluções e as implementem (Kleba & Wendausen, 2009). O que nos parece ir ao encontro da preocupação de Paulo Freire: o técnico de saúde é também uma espécie de acendedor de lampiões?

Como vimos, na dimensão individual, o conceito de empoderamento tem um caráter mais psicológico e está baseado em noções individuais de progresso e do mito norte-americano do *self made man*. Já a dimensão comunitária de empoderamento, está “ligada à capacitação da comunidade para lutar por seus direitos e ocupar espaços nas esferas deliberativas da sociedade, inclusive no governo” (Meirelles & Ingrassia, 2006, p. 5).

Certamente é preciso entender o sentido de comunidade para os diferentes contextos e temporalidades. Atentar para a (des)valorização de comunidade na modernidade, discussão já realizada com propriedade por outros autores (Jovchelovitch, 2008; Bauman, 2003). Na verdade, a noção de empoderamento comunitário parece avançar em relação à noção de empoderamento individual ou psicológico. No entanto, parece-nos que o empoderamento comunitário é um pequeno passo na trilha da transformação, da libertação. Alertamos para o perigo de que anexar o adjetivo “comunitário” pode distanciar as pessoas do valor simbólico, além do teórico, do termo conscientização. Por que americanizar um conceito que é tão nosso, tão característico da nossa realidade brasileira? Acreditamos que o desenvolvimento de ações com os indivíduos ou com os grupos através do recurso do empoderamento (psicológico ou comunitário) constitui um pequeno passo em direção a um movimento maior e mais complexo, que é a conscientização. Certamente, a

complexidade do sistema capitalista neoliberal dificulta passos maiores, mas para aqueles que sonham com uma sociedade justa, um passo maior nunca é uma impossibilidade.

Conscientização: “Um grande passo para a humanidade”

Não iremos aqui revisar o conceito de conscientização enquanto uma ajuda mágica ou como ilusão idealista, pois isto já foi feito por Paulo Freire e muitos outros autores. Iremos direto à conceituação Freireana.

Conscientização tem sido, sem dúvida, um dos termos mais associados a Paulo Freire. Contudo, como buscamos mostrar no levantamento das obras de Freire, em alguns de seus livros o termo não aparece, como é o caso em “A importância do ato de ler: em três artigos que se completam” (Freire, 1989). Na obra “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 2000), o termo é utilizado apenas 15 vezes e mais seis vezes no prefácio escrito pelo Professor Ernani Maria Fiori.

Freire retornou a usar o termo em 1974, após ficar cerca de quatro anos sem usá-lo, com o intuito de desmistificá-lo (Uydenbroek, s.d.). Freire reconhece que a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade. Assim, simplesmente desvelar a realidade não gera a transformação (Freire, 1992).

No livro “Ação cultural para a liberdade” (Freire, 1981), o conceito de conscientização recebe contornos bem fortes e definidos. Segundo o autor,

a conscientização é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos. Neste sentido, é um processo tão permanente quanto a revolução, que só para mentalidades mecanicistas cessa com a chegada ao poder. E é precisamente neste momento que muitos de seus mais sérios problemas começam e que algumas ameaças a espreitam, entre elas, a da burocracia esclerosante (Freire, 1981, p. 69-70).

Para Freire (1981), não há conscientização popular sem uma radical denúncia das estruturas de dominação e sem o anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais dominadas. Nessa via, o autor, ao vislumbrar uma prática pedagógica que responda à necessidade de libertação do ser humano oprimido e à democratização da cultura, concebe o mesmo como um ser de relações que está *no* mundo e *com* o mundo.

Uma relação estreita foi estabelecida entre a ação cultural para a libertação, a conscientização como uma característica desta forma de ação e a superação da semi-intransitividade e da ingenuidade pela consciência crítica das classes dominadas – sua consciência de classe (Freire, 1981). É na ação, na práxis, no trabalho do jogo dialético das relações homem-mundo que o homem toma consciência de si, do mundo e dos outros.

A conscientização permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam (Freire, 1983a). Assim, dentro dessa perspectiva, o trabalho no campo grupal é fundamental, pois “qualquer oportunidade de trabalhar conjuntamente em um grupo,

mesmo que seja só para socializar, possibilita às mulheres nas comunidades carentes a quebrar os padrões de isolamento”⁸ (Forte & Judd, 1998, p. 286).

A conscientização, não é, e jamais poderia ser, um esforço de caráter individualista. Não se chega à conscientização por uma via psicologista, idealista ou subjetivista, como tampouco se chega a ela pelo objetivismo, por todas as razões a que já fizemos referência. “Assim como a tomada de consciência não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, assim também somente aí pode a conscientização instaurar-se” (Freire, 1983a, p. 52).

Por isso, toda conscientização é inter-conscientização (Freire, 1983a), o que, a nosso ver, não é necessariamente verdadeiro para o processo de empoderamento. No empoderamento comunitário se trabalha com o grupo ou com a comunidade, mas, ainda assim, o indivíduo é o foco. Isto faz enorme diferença no trabalho grupal, pois redimensiona as possibilidades de ações transversais. Nesse sentido, para que a organização grupal seja realmente efetiva é necessário que haja um “esforço para levar em consideração a perspectiva do Outro e reconhecê-la como legítima” (Jovchelovitch, 2008, p. 239), o que caracteriza um encontro dialógico que pressupõe que “a comunicação entre Eu e Outro é o caminho para o desenvolvimento de recursos pessoais, sociais e materiais” (Jovchelovitch, 2008, p. 251).

Enfim, parece que enquanto que a palavra *empowerment* apresenta definições como autorizar, permitir, dar poder a, tornar possível (Valoura, 2005/2006), o vocábulo consciência gera o verbo conscientizar, que indica o dinamismo, a ação de tomar consciência de algo ou alguma coisa. A expressão conscientização, por sua vez, derivada do verbo conscientizar, que “não pode ser substantivizada, pois quer expressar a realidade da consciência em ato: ato de conscientizar, como um processo dinâmico e permanente em que toma ciência de si, de sua ação, do mundo e dos outros como realidades dialeticamente em determinação” (Oliveira & Carvalho, 2007, p. 224).

Considerações finais

“Esse é um pequeno passo para um humano, mas um
grande passo para a humanidade”
(Neil Armstrong's, ao aterrizar na lua)

Buscamos nesse texto mostrar que o termo empoderamento (individual e comunitário) tem um significado diferente do de conscientização. O processo de empoderamento é um passo pequeno para o ser humano quando comparado ao salto gigante que a humanidade precisa para que haja transformação social em direção a uma sociedade mais justa, menos discriminatória, mais humana.

Freire não nega a importância de se partir da noção de empoderamento, colocando-a como absolutamente necessária para o processo de transformação social. Ou seja, não basta ao oprimido saber-se oprimido. A conscientização exige um engajamento que deve inseri-lo em um processo de transformação da realidade. A educação e a conscientização são, para Freire, uma contribuição às ações culturais libertadoras e aos movimentos de ruptura com

⁸ Tradução livre feita pelos autores deste artigo.

as práticas domesticadoras, são “dois momentos de um mesmo processo em que a educação politiza e a política educa” (Oliveira & Carvalho, 2007, p. 229).

Deste modo, consideramos necessário valorizar a expressão conscientização, retomando em nossas mãos seu uso corrente no campo das ciências sociais e humanas, bem como nas ciências da saúde, tendo sempre em mente que *ninguém conscientiza ninguém, ninguém se conscientiza a si mesmo: as pessoas se conscientizam em conjunto, mediatizados pelo mundo* (Freire, 1979). Decorre daí que deveríamos nos perguntar qual o sentido de empoderamento no contexto da América Latina e que representações essa noção faz funcionar. E mais, quem (e como), hoje, batalha(se) pela conscientização?

É preciso compreender que conscientização não é o mesmo que consciência crítica; ela pressupõe a consciência crítica. Ou seja, para Freire, “a conscientização não é propriamente o ponto de partida do engajamento. A conscientização é mais um produto do engajamento. Eu não me conscientizo para lutar. Lutando, me conscientizo” (Freire, Gadotti, & Guimarães, 1995, p. 87). Deste modo, é preciso, ainda, “ler a palavra” (empoderamento, conscientização), pois “ler a palavra é ao mesmo tempo ler o mundo” (Jovchelovitch, 2008, p. 279), questionando sistematicamente qual a pedagogia que está em nossas vidas. Sem essa ação fundamental, apenas conseguiremos dar um pequeno passo... pequeno, ainda que fundamental. Se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos, a começar pela leitura das palavras?

Referências

- Almeida, K. S., Dimenstein, M., & Severo, A. K. (2010). Empowerment and psychosocial care: notes on a mental health association. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, 14(34), 577-589.
- Baquero, R. V. A. (2005). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Debates*, 1(1), Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brinkerhoff, D. W., & Azfar, O. (2006). *Decentralization and Community Empowerment: Does community empowerment deepen democracy and improve service delivery?* Recuperado em 2 fevereiro, 2011, de Unaid: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADH325.pdf.
- Carvalho, S. R. (2004a). Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1088-1095.
- Carvalho, S. R. (2004b). As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. *Ciênc. saúde coletiva* [online], 9(3), 669-678.
- Dreier, P. (1996). Community Empowerment Strategies: The Limits and Potential of Community Organizing in Urban Neighborhoods. *A Journal of Policy Development and Research*, 2(2). Recuperado em 02 fevereiro, 2011, de <http://www.huduser.org/periodicals/cityscpe/vol2num2/dreier.pdf>
- Faundez, A., & Freire, P. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Forte, D. J., & Judd, K. (1998). The south within the north. In R. P. Petchesky, & K. Judd. *Negotiating reproductive rights. Women's perspectives across countries and cultures* (pp. 256-294). New York, NY: Zed Books and International Reproductive Rights Research Action Group - IRRRAG.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização*. São Paulo, SP: Cortes e Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1983a). *Pedagogia do oprimido* (16ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

- Freire, P. (1983b). *Extensão ou comunicação?* (Vol. 24, 7ª ed., O Mundo Hoje). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (Coleção polêmicas do nosso tempo). São Paulo, SP: Cortez.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (Coleção Leitura). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo, SP: Olho d'Água.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação*. São Paulo, SP: UNESP.
- Freire, P. (2001). *Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo, SP: Centauro.
- Freire, P. (2001). *Política e educação: ensaios*. (5ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Freire, P., & Freire, A. A. (2001). *Pedagogia dos sonhos impossíveis*. São Paulo, SP: UNESP.
- Freire, P., & Shor, I. (1986). *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freire, P., Gadotti, M., & Guimarães, S. (1995). *Pedagogia - Diálogo e conflito* (4ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Guareschi, P. A., & Biz, O. (2005). *Mídia e Democracia*. Porto Alegre: Evangraf.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber. Representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes.
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e sociedade*, 18(4), 733-743.
- Meirelles, M., & Ingrassia, T. (2006). Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social. *Revista Eletrônica "Fórum Paulo Freire"*, 2(2).
- Oliveira, P. C., & Carvalho, P. (2007). A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. *Paidéia*, 17(37), 219-230.
- Roso, A., Bernardy, B., Cantele, J., & Dias, H. (2011). Processo Grupal e Direitos Sexuais e Reprodutivos: Construindo Mediadoras e Empoderando Mulheres. *Interações em Psicologia* (encaminhado para publicação).
- Sícoli, J. L., & Nascimento, P. R. (2003). Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, 7(12), 91-112.
- Stotz, E. N., & Araújo, J. W. (2004). Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. *Saúde e sociedade*, 13(2), 5-19.
- Uydenbroek, X. (s.d.). *Conscientização na obra de Paulo Freire*. Recuperado em 26 janeiro, 2011, de Biblioteca Digital Paulo Freire:
http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/revista/Conscientizacao_na_obra_de_Paulo_Freire.pdf.
- Valoura, L. D. (2005/2006). *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformado*. Recuperado em 26 janeiro, 2011, de Instituto Paulo Freire:
http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf.

Apresentação: 10/10/2014
Aprovação: 01/05/2014